

MAPFRE Capitalização S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2022

MAPFRE Capitalização S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2022

Índice

Relatório da Administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	6
Demonstrações financeiras intermediárias	
Balancos patrimoniais.....	10
Demonstrações de resultados.....	12
Demonstração do resultado abrangente.....	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	14
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto.....	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.....	16
Resumo do relatório do Comitê de Auditoria.....	40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras Intermediárias, referentes à MAPFRE Capitalização S.A. relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. As referidas Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

A pandemia e seus impactos

As medidas restritivas adotadas pelas autoridades de todo o mundo fizeram com que milhares de pessoas perdessem suas rendas, deixando de atuar profissionalmente e socialmente. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia e ao crédito.

Nessa linha, mesmo enquadrada como serviço essencial, o GRUPO MAPFRE estabeleceu um Comitê de Crises, que permitiu rapidamente a adoção de medidas para preservar a saúde e a integridade de seus públicos e a continuidade de suas operações.

Desde o início da pandemia, por meio da *Fundación* MAPFRE, foram doados mais de 35 milhões de euros a 27 (vinte e sete) países, destinados à compra de suprimentos médicos e de saúde, à medidas de proteção ao emprego, à inclusão social e à promoção da pesquisa para vacina contra o coronavírus. No Brasil, em 2021, foi aportado um valor de R\$ 18,9 milhões para apoiar iniciativas de grande impacto social que beneficiaram mais de 297 mil pessoas durante a pandemia.

No primeiro semestre de 2022 foram doados R\$ 3,2 milhões para o desenvolvimento de projetos com foco em empregabilidade e empreendedorismo (com atenção especial às mulheres); desnutrição infantil e necessidades básicas de alimentação; educação e exclusão digital; e inclusão social, apoiando milhares de pessoas.

Pensando no bem-estar dos colaboradores foi adotado o trabalho remoto em modelo híbrido, respeitando grupos de risco e todos os protocolos sanitários.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 4,2 milhões no primeiro semestre, um incremento de R\$ 4,0 milhões em relação ao mesmo período de 2021, impactado principalmente pelo aumento da taxa SELIC ao longo do primeiro semestre de 2022, refletindo positivamente nos títulos pós-fixados indexados à taxa SELIC e na alocação em títulos pré-fixados com *duration* de 3 (três) anos.

Resultado do semestre

O primeiro semestre de 2022 apresentou lucro de R\$ 2,7 milhões, contra R\$ 1,6 milhões em 2021, justificado pela melhora no resultado financeiro.

Receitas líquidas de títulos de capitalização

As receitas líquidas com títulos de capitalização totalizaram R\$ 16,6 milhões no primeiro semestre de 2022, apresentando um decréscimo de (35,9%) em relação ao mesmo período do ano anterior ou redução de (R\$ 9,3) milhões.

Despesas administrativas e com tributos

As despesas administrativas e com tributos totalizaram no primeiro semestre, R\$ 6,3 milhões, representando um aumento de 11,2% do mesmo período do ano anterior ou aumento de R\$ 0,6 milhões.

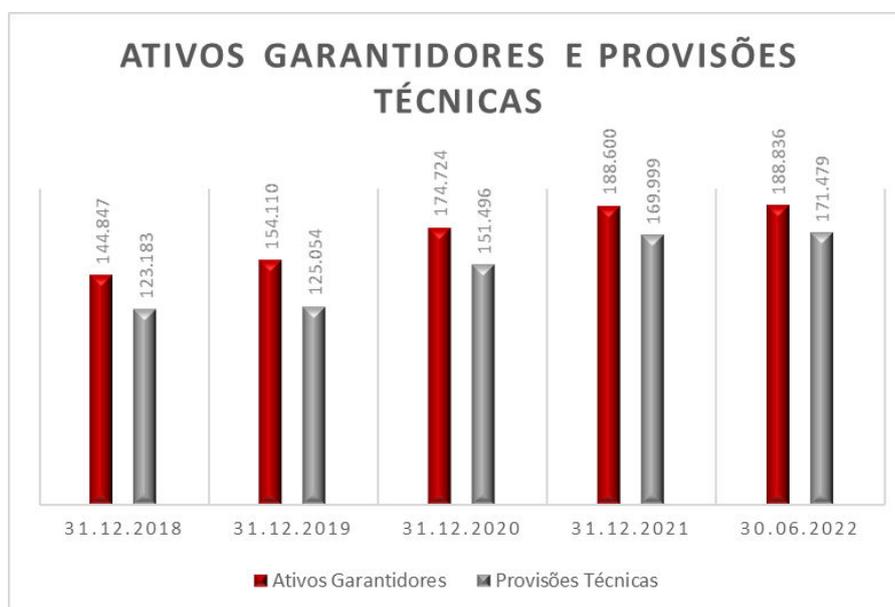
Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos

Os acionistas da MAPFRE Capitalização S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições de dividendos previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Sociedade, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, a MAPFRE Capitalização declara deter, na categoria “mantidos até o vencimento”, títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 4,15 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais dos mesmos. Tem apresentado nos últimos cinco anos liquidez para cobertura das reservas técnicas, conforme demonstrado no gráfico abaixo (em milhares de reais):



Controles internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo oferecer suporte ao negócio e às áreas operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável.

Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias, dar confiabilidade às práticas adotadas, e os resultados obtidos são informados às áreas e aos Comitês. Os testes referem-se: ao acompanhamento de novas regulamentações, aos atendimentos à fiscalização, à prevenção da lavagem de dinheiro e às fraudes, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

Compliance

O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998, de 3 de março de 1998, e alterações e, com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612/2020, de 18 de agosto de 2020, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutário para acompanhamento.

Governança de dados e segurança da informação

A Administração reafirma o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes. Diante dos desafios da era digital das informações, além do monitoramento em relação à segurança dos dados, governança e gestão da informação robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada à nova Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº13.709/2018, de 14 de agosto de 2018.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 29 de agosto de 2022.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da
MAPFRE Capitalização S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da **MAPFRE Capitalização S.A.** ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **MAPFRE Capitalização S.A.** em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração das Provisões técnicas para resgates dos títulos de capitalização (PMC)

Veja as Notas nºs 3(e) e 10 das demonstrações financeiras intermediárias

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia mantém a provisão matemática de capitalização (PMC), relacionada ao resgate de títulos de capitalização, nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2022. Para mensurar a referida provisão, a Companhia utiliza-se de percentuais definidos nas condições gerais dos produtos de capitalização, aplicados sobre os valores de arrecadações registrados no período, adicionado a incidência de juros e atualização monetária. Consideramos a avaliação da mensuração da provisão matemática de capitalização (PMC), como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos no contexto das demonstrações financeiras intermediárias.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de parametrização do cálculo da PMC no sistema operacional de acordo com as condições gerais do produto, processo de aprovação e liquidação financeira dos resgates;(ii) recálculo da PMC, com base em amostragem, conforme informações das condições gerais dos produtos de capitalização, e recálculo dos respectivos montantes de juros e atualização monetária dos títulos de capitalização selecionados;(iii) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas para resgates, como valores de arrecadação emitidas e de resgates pagos, por meio do confronto com as respectivas documentações suportes e comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável;(iv) confronto dos totais das bases analíticas de arrecadações emitidas e de resgates pagos no período, bem como dos montantes de atualização monetária e juros reconhecidos, com o fluxo de movimentação da PMC; e(v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consideram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

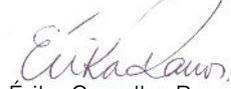
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Érika Carvalho Ramos

Contadora CRC 1SP224130/O-0

MAPFRE Capitalização S.A.

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		90.803	90.235
Disponível		2	3
Caixa e bancos		2	3
Equivalente de caixa		42	15
Aplicações	5	86.359	85.825
Outros créditos operacionais		324	72
Créditos das operações de capitalização		227	387
Créditos das operações de capitalização	6	227	387
Títulos e créditos a receber		3.840	3.846
Títulos e créditos a receber		5	103
Créditos tributários e previdenciários	15b	3.717	3.696
Outros créditos		118	47
Despesas antecipadas		9	87
Ativo não circulante		106.060	104.634
Realizável a longo prazo		105.045	103.746
Aplicações	5	101.814	101.818
Títulos e créditos a receber		3.231	1.928
Créditos tributários	15b	3.231	1.928
Imobilizado		75	90
Intangível		940	798
Total do ativo		196.863	194.869
Passivo	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		176.976	175.607
Contas a pagar		2.849	3.023
Obrigações a pagar	7	1.547	1.680
Impostos e encargos sociais a recolher		603	584
Encargos trabalhistas		345	188
Impostos e contribuições	8	354	571
Débitos de operações com capitalização	9	2.169	2.221
Depósitos de terceiros	10	479	364
Provisões técnicas - capitalização	11	171.479	169.999
Provisão para resgates		149.057	149.878
Provisão para sorteio		21.520	19.224
Provisão complementar de sorteios		391	420
Provisão para distribuição de bônus		77	69
Provisão administrativa		434	408
Passivo não circulante		396	396
Outros débitos		396	396
Provisões judiciais	13a	396	396
Patrimônio líquido	14	19.491	18.866
Capital social		12.000	12.000
Reservas de lucros		9.434	9.434
Ajustes de avaliação patrimonial		(4.609)	(2.568)
Lucros acumulados		2.666	-
Total do passivo e patrimônio líquido		196.863	194.869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

MAPFRE Capitalização S.A.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	30/06/2022	30/06/2021
Receita líquida com títulos de capitalização		16.579	25.869
(+) Arrecadação com títulos de capitalização	15a	92.047	110.520
(+/-) Variação da provisão para resgate	15b	(75.468)	(84.651)
(+) Variação das provisões técnicas	15c	(2)	109
(-) Resultado com sorteio	15d	(7.803)	(16.762)
(-) Custo de aquisição	15e	(2.474)	(2.784)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	15f	41	1.772
(+) Outras receitas operacionais		41	1.793
(-) Outras despesas operacionais		-	(21)
(-) Despesas administrativas	15g	(5.670)	(4.965)
(-) Despesas com tributos	15h	(602)	(676)
(+) Resultado financeiro	15i	4.227	263
(=) Resultado operacional		4.296	2.826
(=) Resultado antes dos impostos e participações		4.296	2.826
(-) Imposto de renda	16a	(1.096)	(650)
(-) Contribuição social	16a	(677)	(403)
(-) Participações sobre o resultado		143	(179)
(=) Lucro líquido do semestre		2.666	1.594
(/) Quantidade de ações		12.000.000	12.000.000
(=) Lucro líquido por ação		0,22	0,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

MAPFRE Capitalização S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Lucro líquido do semestre	2.666	1.594
Outros resultados abrangentes	(2.041)	2.387
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(3.402)	3.978
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	1.361	(1.591)
Resultado abrangente do semestre líquido dos impostos	625	3.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

MAPFRE Capitalização S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimento			
Saldo em 1º de janeiro de 2021	12.000	1.876	4.841	1.684	-	20.401
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(2.386)	-	(2.386)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	1.594	1.594
Saldo em 30 de junho de 2021	12.000	1.876	4.841	(702)	1.594	19.609
Saldo em 1º de janeiro de 2022	12.000	2.054	7.380	(2.568)	-	18.866
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(2.041)	-	(2.041)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	2.666	2.666
Saldo em 30 de junho de 2022	12.000	2.054	7.380	(4.609)	2.666	19.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

MAPFRE Capitalização S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	2.666	1.594
Ajustes para:	88.598	104.582
Depreciações e amortizações	124	78
Varição das provisões técnicas - capitalização	88.522	105.437
Tributos diferidos	(48)	(933)
Varição nas contas patrimoniais:	(89.080)	(105.233)
Aplicações financeiras	(3.932)	(9.712)
Créditos das operações de capitalização	160	(144)
Créditos tributários e previdenciários	85	(244)
Despesas antecipadas	78	(74)
Depósitos judiciais e fiscais	-	38
Outros ativos	(225)	(98)
Obrigações a pagar	(133)	(176)
Impostos e contribuições	1.690	616
Débito de operações com capitalização	(52)	(150)
Depósitos de terceiros	115	(903)
Provisões técnicas - capitalização	(87.042)	(94.255)
Provisões judiciais	-	(94)
Outros passivos	176	(37)
Caixa gerado pelas operações	2.184	943
Imposto de renda pago sobre o lucro	(1.132)	(322)
Contribuição social paga sobre o lucro	(775)	(204)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	277	417
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:	(251)	(338)
Intangível	(251)	(338)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(251)	(338)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	26	79
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	18	31
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre	44	110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

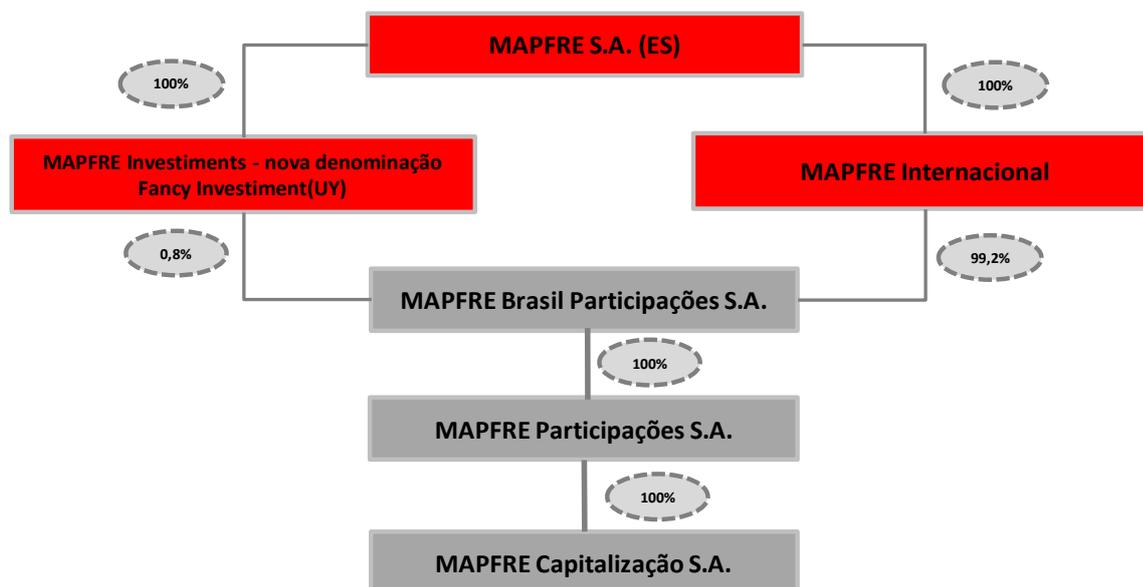
A MAPFRE Capitalização S.A. (doravante designada por “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP a operar na modalidade de capitalização, em todo o território nacional. O endereço registrado da Companhia é Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo - SP, CEP 04578-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 09.382.998/0001-00.

A Companhia tem por objeto fornecer ao público em geral a constituição de capitais mínimos perfeitamente determinados em planos de capitalização, a serem operados, comercializados e administrados de acordo e nos termos da legislação aplicável às sociedades de capitalização.

A Companhia é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades, com sede em Madrid, Espanha.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE.

Em 30 de junho de 2022, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIA

a) Base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP 648/2021, de 12 de novembro de 2021, as demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2022 foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21 – Demonstração Intermediária.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Administração em 29 de agosto de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Comparabilidade

Em 30 de junho de 2021, a Companhia reclassificou, os valores de Custo de Aquisição Diferidos e Tributos Diferidos, apresentados anteriormente como variação das contas patrimoniais, nos ajustes ao lucro líquido do semestre apresentado nas Demonstrações do fluxo de caixa. Essas reclassificações foram feitas, para melhor apresentação e comparabilidade. Tais mudanças não impactaram o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais do semestre.

c) Continuidade

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de qualquer incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

d) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real.

e) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias é realizada de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC a partir de julgamentos,

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

estimativas e premissas realizadas pela Administração as quais afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir, conforme o caso, das estimativas e premissas as quais são continuamente revistas. Com relação às estimativas contábeis estas são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em exercícios futuros. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias; e *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil.

- Notas 3a e 5 - Aplicações e instrumentos financeiros;
- Notas 3e e 10 - Provisões técnicas; e
- Notas 3f e 12 – Provisões judiciais.

f) Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes.

Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

g) Normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP.

CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

a) Aplicações e instrumentos financeiros

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

i. Caixa e equivalente de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 (noventa) dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

ii. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como “mantido para negociação” e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São classificados nesta categoria os ativos financeiros, cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período.

iii. Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros não classificados em alguma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo sendo que as mudanças que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em “outros resultados abrangentes” e apresentadas no patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é contabilmente “baixado”, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício correspondente.

iv. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria, caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado.

v. Determinação do valor justo

Os valores justos têm sido apurados com o propósito de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas na nota 5c.

vi. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo e são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

b) Redução ao valor recuperável

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

i. Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu, após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluídos os títulos patrimoniais) tiveram redução de valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou em caso de desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A perda de valor (“redução ao valor recuperável”) nos ativos financeiros disponíveis para venda é reconhecida pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. O valor desta reclassificação é dado pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, deduzido do valor da perda de valor recuperável, previamente reconhecida no resultado. Por sua vez, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

ii. Ativos não financeiros

Os valores dos ativos não-financeiros são revistos, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

c) Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos, utilizados na condução dos negócios da Companhia, demonstrado pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido pela depreciação acumulada do ativo, até a data de cada fechamento e pela dedução da depreciação acumulada, e por perdas de redução de valor recuperável acumuladas, conforme o caso.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos para a aquisição dos itens capitalizáveis para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear.

d) Intangível

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerada a viabilidade econômica.

As despesas relacionadas à manutenção de *softwares* são reconhecidas no resultado no período quando incorridas.

A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear.

e) Provisões técnicas

As provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras intermediárias e os demonstrativos do capital mínimo, da MAPFRE Capitalização S.A. foram elaboradas em todos os aspectos de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e de acordo com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

A Provisão Matemática para Capitalização - PMC é constituída para cada título em vigor ou suspenso e considera a parcela dos valores arrecadados para capitalização, sendo ajustada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no respectivo plano até o resgate ou cancelamento do título em conformidade com a nota técnica atuarial do plano.

Taxas e carregamento dos principais títulos:

<u>Processo Susep</u>	<u>Tipo</u>	<u>% Despesa administrativa</u>	<u>Taxa % a.a.</u>
15414.901962/2019-10	Prêmio Único	7,46	8,08
15414.901957/2019-07	Prêmio Único	7,18	6,17
15414.902004/2019-58	Prêmio Único	5,79	6,17
15414.901388/2018-19	Prêmio Único	2	4,28
15414.901384/2018-22	Prêmio Único	16,46	1,94
15414.901999/2019-30	Prêmio Único	5,79	6,17

A Provisão para Resgate - PR é constituída para cada título vencido e antecipado, cujo saldo é atualizado pelo indexador do correspondente plano de capitalização pela taxa de remuneração da caderneta de poupança – TR, desde a data do respectivo evento até a data do efetivo pagamento do valor de resgate.

A Provisão para Sorteios a Realizar - PSR é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e seu saldo representa o valor presente dos sorteios já custeados e ainda não realizados. Seu valor é calculado pela multiplicação da cota de sorteio e valor do pagamento.

A Provisão para Sorteios a Pagar - PSP é constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteio e ainda não pagos. Os valores são atualizados monetariamente desde a data do sorteio até a data efetiva do pagamento.

A Provisão Complementar de Sorteios - PCS é constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar e utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos Sorteios a Realizar. A provisão representará a diferença positiva entre o valor esperado dos sorteios a realizar e o valor da Provisão para Sorteios a Realizar - PSR.

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

A Provisão para Distribuição de Bônus - PDB é constituída para a cobertura dos valores relativos ao pagamento de bônus previstos em contrato, calculada para cada título (cujo plano estabeleça a distribuição de bônus) que estiver em vigor ou suspenso, de acordo com os critérios previstos em nota técnica atuarial, observadas as regulamentações específicas vigentes.

A Provisão de Despesa Administrativa – PDA é constituída para cada título que estiver em vigor, durante o prazo de vigência do título, para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização. O valor é definido com base na variável de despesa de manutenção do título e das despesas e receitas da Companhia sobre a cota de despesa administrativa do título.

f) Provisões, passivos e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida com base em evento passado e se a mesma pode ser estimada de forma confiável, bem como, seja provável que haja recurso econômico exigido para liquidar a obrigação.

As contingências judiciais passivas são avaliadas individualmente pela área jurídica da Companhia e seus assessores, com relação às probabilidades de perda em função da natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade processual e material e a jurisprudência dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for considerada provável a saída de recursos para a liquidação das ações judiciais e quando tais montantes forem mensuráveis com segurança, conforme os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Passivos contingentes são divulgados, mas não provisionados, caso seja possível a obrigação futura de eventos passados ou se existir obrigação presente de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos judiciais, o que caracteriza a certeza do ganho. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

g) Benefícios aos empregados

i. Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa na medida em que o serviço é prestado.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e Administradores e reconhecidos ao resultado à medida que são incorridos.

ii. Obrigações com aposentadorias

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrado pela MAPFRE Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante, mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a esta finalidade. Os aportes mensais são calculados, considerado o salário-base de contribuição do participante e a Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados.

iii. Outros benefícios pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

h) Operações de capitalização

A receita com títulos de capitalização de pagamento único é reconhecida quando da emissão dos respectivos títulos. O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma da contabilização da receita.

i) Custo de aquisição

É composto substancialmente por valores referentes às comissões e angariações relativos à comercialização de títulos de capitalização, sendo a apropriação ao resultado na data de emissão (início de vigência) e renovação dos títulos.

j) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluídas as aplicações classificadas como disponíveis para venda), ganhos na alienação, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem a atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidos no resultado.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 120 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada à alíquota de 15% sobre a base tributável até 30 de junho de 2022. Em 28 de abril de 2022 foi editada pelo Poder Executivo a Medida Provisória - MP nº 1.115/2022, que majora de 15% para 16% a alíquota da Contribuição Social Sobre

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

o Lucro Líquido – CSLL das seguradoras, para o período compreendido entre 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. A Companhia avaliou os impactos da majoração da alíquota e concluiu que os efeitos não são materiais.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O tributo corrente corresponde aos valores a pagar sobre a base tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O tributo diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o tributo diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este tributo diferido ativo possa ser utilizado e o recursos estejam disponíveis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes se relacionados com o imposto de renda e a contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária para a mesma entidade sujeita à tributação.

I) Participações nos lucros

A Companhia registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido alguma mudança significativa na política de remuneração. O valor é atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

- Risco de subscrição;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Gestão de capital.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades a utilização de recursos próprios e de terceiros.

A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas globais do GRUPO MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

As responsabilidades do Sistema de Gestão de Riscos da MAPFRE estão integradas na estrutura organizacional de acordo com o modelo de três linhas de defesa, envolvendo todo o Grupo MAPFRE Brasil incluído empresas do conglomerado como a MAPFRE RE (SCI e EGR unificado), estabelecendo:

a) Primeira linha: composta por funcionários, diretoria e áreas operacionais, de negócio e de suporte, responsáveis por manter o controle efetivo das atividades realizadas como parte inerente do trabalho cotidiano. Portanto, são eles que assumem os riscos e são responsáveis por estabelecer e aplicar os mecanismos de controle necessários para gerir os riscos associados aos processos que realizam e garantir que não ultrapassem os limites estabelecidos.

b) Segunda linha: integrada pelas funções-chave de gestão atuarial, de riscos e de conformidade e outras funções de seguros que garantem o funcionamento do Sistema de Gestão de Riscos.

c) Terceira linha: composta pela Auditoria Interna, que realiza a avaliação independente da adequação, suficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno, comunicando eventuais deficiências às partes responsáveis por aplicar as medidas corretivas, incluindo os altos cargos executivos e os órgãos de governança, conforme o caso.

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos.

A Gestão de Riscos no GRUPO MAPFRE Brasil se divide em Gestão de Riscos Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e suportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de riscos, vigilância e notificação de exposição a riscos.

A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk - VaR*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos.

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

A partir da avaliação dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Companhia. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo.

Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de Disseminação de cultura de Riscos e Controles.

Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO conta com os seguintes Órgãos de Governança:

- **Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no país, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando os melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente;
- **Comitê de Auditoria:** é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- **Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e ainda desenvolve e executa, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da Companhia;
- **Comitê de Investimentos:** tem por objetivo orientar as empresas do GRUPO MAPFRE no que diz respeito à alocação dos investimentos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e assessora no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO MAPFRE; e
- **Comissão de Riscos:** com caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Comitê de Direção, tem por objetivo analisar e acompanhar, bem como, auxiliar o Comitê de Direção nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuariais, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE.

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm, em seus regimentos, a definição de suas atribuições e nível de reporte.

Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo.

O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

Risco de subscrição

Para os títulos de capitalização as premissas são baseadas nas experiências atuariais da carteira para realizar a gestão dos riscos envolvidos. Os riscos podem ser listados em:

- Risco de sorteio, que implica na possibilidade da Companhia pagar prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas.
- Risco de persistência ou comportamento, que implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título. A Administração avalia que a probabilidade de ocorrência desse tipo de risco é reduzida uma vez que, comportamento de inadimplência é mais acentuada na modalidade “popular” onde a Companhia não opera.
- Risco de despesas administrativas, onde a Companhia tem que arcar com despesas em séries não comercializadas em sua totalidade. Atualmente esse tipo de risco é gerenciado no momento do lançamento da série, onde a Companhia realiza um estudo preliminar de viabilidade onde indica o número mínimo de cotas a serem comercializadas para a Companhia não ter prejuízos com despesas administrativas, caso o número mínimo for factível de vendas de acordo com as condições de mercado e histórico da Companhia, a mesma é lançada, caso contrário, não.
- Risco de garantir a rentabilidade pré-definida para as reservas matemáticas aprovadas nas condições gerais dos títulos de capitalização. A Companhia gerencia esse tipo de risco determinando parâmetros mínimos de rentabilidade estipulados para o gestor dos recursos, sendo a rentabilidade monitorada periodicamente e discutida nas reuniões do Comitê de Investimentos.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Companhia possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, a área de Riscos realiza tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento é realizado para ativos financeiros

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

A Administração entende que, no que se refere às operações de capitalização, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera apenas com pagamento único.

Gerenciamento ao risco de crédito

Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do GRUPO MAPFRE, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Risco de Crédito e submete aos comitês competentes, periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados.

No que se refere as aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos públicos de renda fixa e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais.

Ativos financeiros - <i>rating</i>	30/06/2022			31/12/2021		
	BB-	Sem <i>rating</i>	Total	AAA	Sem <i>rating</i>	Total
Títulos públicos de renda fixa (*)	188.182	-	188.182	187.657	-	187.657
Caixa / contas a pagar / receber	-	(9)	(9)	-	(14)	(14)
Total	188.182	(9)	188.173	187.657	(14)	187.643

(*) Inclui operação compromissada com lastro em títulos públicos no montante de R\$ 32.653 (R\$ 11.207 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia utiliza diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress* de mercado. Os testes realizados levam em consideração, cenários históricos e cenários futuros, e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e tomada de decisão e também para identificação de descasamentos entre ativos e passivos financeiros da Companhia.

Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos.

Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos da Companhia para manter recursos financeiros suficientes para cumprimento das obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

para estimativa de passivos oriundos de resgates e sorteios a pagar.

Gerenciamento do risco de liquidez

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos.

Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas.

A Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, estabelece novo critério para o risco de liquidez, devendo cada Companhia desenvolver metodologia específica para cálculo, com implementação obrigatória a partir de dezembro de 2021.

A metodologia utilizada pela Companhia está baseada em método prospectivo de projeção de fluxo de caixa, utilizando premissas atuariais estressadas de entradas e saídas, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos nos contratos e certificados dos planos comercializados até a data base do cálculo.

Os fluxos utilizados de entradas e saídas para o lançamento de receitas provenientes de contribuições utilizadas nas projeções, considera os contratos e certificados vigentes na data-base, contemplando as premissas de cálculo utilizadas nas projeções do passivo, sendo essas premissas estressadas para apurar o fator do risco de liquidez a ser aplicado sobre o montante de provisões a cobrir. Fator este com revisão periódica.

A suficiência de liquidez está segregada numa escala de medição por nível de tolerância, sendo o fator calculado decomposto conforme tabela abaixo, considerando as classificações: verde, amarelo e vermelho.

As ações para o atingimento de cada faixa, seguem o estabelecido nos normativos internos.

Nível - Risco de liquidez	
>= 100%	Cumprimento total
< 100% - 90%	Zona Verde
< 90% - 30%	Zona Amarela
< 30%	Zona Vermelha

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

Provisão a cobrir (a)	171.479
Ativos garantidores (b)	188.836
Fator de risco de liquidez (c)	1,00%
Risco de liquidez (d)=(a)*(c)	1.715
Verde	172
Amarelo	1.029
Vermelho	514
Provisão a cobrir + risco de liquidez (e)=(a)+(d)	173.194
Índice de liquidez (b)/(e)	1,09
Suficiência (b)-(e)	15.642
Classificação do nível de liquidez	Cumprimento total

Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de capitalização, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam os mesmos. Para estimar os fluxos de caixa dos ativos foram utilizadas as suas taxas contratadas levando-se em consideração as características de papel e o cenário macroeconômico vigente. O passivo foi calculado através de premissas atuariais de acordo com as características de cada produto.

Não obstante a Companhia apresentar liquidez negativa na distribuição das faixas dos *agings* do ativo e do passivo, e resultado negativo no capital circulante líquido, como estratégia, mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda e valor justo por meio do resultado, que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa e geração de fluxos de caixa positivos nas operações.

	30/06/2022	
	Fluxo de ativos (*)	Fluxo de passivos (**)
Fluxo até 1 ano	32.874	56.226
Fluxo de 1 a 5 anos	151.379	105.920
Fluxo acima de 5 anos	4.583	16
Total	188.836	162.162

(*) O fluxo dos ativos é composto por títulos públicos e estão classificados, em quase sua totalidade nas categorias disponível para venda e valor justo por meio do resultado, e em eventual necessidade de liquidez, podem ser utilizados / alienados para cobrir possíveis necessidades de caixa.

(**) O fluxo dos passivos considerou a projeção de sorteios, de despesas administrativas, resgates concedidos a pagar e das provisões matemáticas e de distribuição de bônus.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos.

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Investimentos Ltda. com base em cenários de *stress*, *Duration* e com a metodologia de *Value at Risk - VaR* e *Macaulay Duration*.

O modelo de *VaR* é aplicado a carteira da Companhia, utilizando-se de *VaR* paramétrico, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 (um) dia útil.

Considerado o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 (um) dia é de:

Fundo	30/06/2022	
	<i>VaR</i>	Patrimônio
Capitalização	0,46	195.787

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às Carteiras de *ALM - Asset & Liability Management* da Companhia, que contempla as carteiras administradas e o fundo que mantém participação. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 1,93 anos (2,333 em 31 de dezembro de 2021) frente a um patrimônio de R\$ 195.787 (R\$ 191.879 em 31 de dezembro de 2021) e está de acordo com as diretrizes do GRUPO MAPFRE, sendo revisado anualmente, pelo Comitê de Investimentos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de riscos aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

Sensibilidade à taxa de juros

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: *i.* Taxa de juros; e *ii.* Cupons de títulos indexados a índices de inflação nas posições ativas e passivas da Companhia.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros.

A Companhia não resgata antecipadamente os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, mesmo assim, os títulos classificados nessa categoria foram mantidos para cálculo da análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro da carteira atual, que totaliza R\$ 195.787 (R\$ 188.600 em 31 de dezembro de 2021).

Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da Companhia foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2022</u>
	<u>Impacto no patrimônio líquido/ resultado</u>
Fator de risco	(bruto de impostos)
Taxa de juros e cupons	
a) Elevação de taxas	(2.808)
b) Redução de taxas	2.899

Parâmetros: 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

A avaliação do risco operacional utiliza uma ferramenta que auxilia na autoavaliação de riscos operacionais e controles inerentes às operações de cada um dos processos, por meio desta ferramenta os riscos são avaliados com base na sua importância relativa, probabilidade de ocorrência e as medidas de controle existentes para mitigar cada risco exposto.

Gerenciamento do risco operacional

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais e contempla as seguintes atividades:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais - BDPO para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas;
- Desenvolvimento de planos de continuidade de negócios - PCN;
- Treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e
- Padrões éticos.

Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mapeamento de processos com a identificação de riscos e controles, os quais, são geridos dentro de uma Matriz Única de Riscos e Controles que apresenta o retrato dos processos quanto aos principais riscos expostos e controles existentes.

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

Outro mecanismo de avaliação se reflete a avaliação de *Compliance realizado* para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas dos órgãos reguladores e instruções internas (políticas, normativos e procedimentos).

A Área de Gerenciamento de Riscos coordena o processo anual de Identificação de Riscos Materiais, a fim de identificar os riscos que a entidade pode enfrentar durante o período contemplado em seu plano de negócios, riscos que podem afetar significativamente o desempenho dos objetivos de classificação ou de capital regulatório.

Nessa identificação de riscos, tem como fator de sucesso a colaboração de executivos dentro da organização que possam antecipar ou dar sua opinião sobre a evolução dos riscos aos quais a entidade está exposta.

O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Com a publicação da Resolução CNSP 416/2021, de 20 de julho de 2021, as seguradoras implementam e mantem Estrutura de Gestão de Riscos - EGR que considerem, como mínimo, o foco nos seguintes riscos:

- Subscrição;
- Crédito;
- Mercado;
- Liquidez;
- Operacional; e
- Plano de Continuidade de Negócios.

No caso da MAPFRE, conforme admitido por esta Resolução, consideramos também, além dos riscos mencionados acima, os seguintes riscos:

- Cibernético;
- Conformidade;
- Estratégico;
- Legal;
- Tecnologia da Informação; e
- Ambiental, Social e de Governança.

Para a implementação da Resolução CNSP 416, foi criado em 2021 um Grupo de Trabalho interno, com representantes de diferentes áreas onde avaliamos o impacto da normativa e estabelecemos planos de ação para a sua total implementação.

Até a presente data, o cronograma está sendo seguido e atividades como Constituição do Comitê de Riscos, Políticas de Controles Internos, Política e Plano de Conformidade já foram definidos. Adicionalmente, será implementada a Resolução considerando o Sistema de

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

Controle Interno - SCI e Estrutura de Gestão de Riscos - EGR unificados para o GRUPO MAPFRE.

Limitações da análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam por meio de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia em possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Gestão de capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas.

A Companhia tem o Capital de Risco calculado considerando todas as premissas de requerimentos estabelecidos pela governança, e em atendimento aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

A partir de dezembro de 2021 passa a vigorar a Resolução CNSP nº 432/2021 de 12 de novembro de 2021, em que é estabelecido a Qualidade do PLA para efeito de cobertura do CMR.

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 de 12 de novembro de 2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado – PLA igual ou superior ao capital mínimo requerido - CMR, equivalente ao maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco - CR.

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional, e mercado e a correlação entre os riscos, como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido (a)	19.491
Despesas antecipadas	(9)
Ativos intangíveis	(940)
1. Ajustes contábeis (b)	(949)

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	398
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	398
PLA - Nível I (*)	18.782
PLA - Nível II	-
PLA - Nível III	158
Subtotal PLA - Nível (d)	18.940
Limitador CMR - PLA Nível I	18.782
Limitador CMR - PLA Nível II	-
Limitador CMR - PLA Nível III	158
Subtotal PLA - Limitador (e)	18.940
3. Ajustes do excesso de PLA de Nível II e PLA de nível III (f = e - d)	-
4. PLA (Total) = PL + Ajustes contábeis + Ajustes econômicos + Ajustes do excesso de nível II e III (g = a+b+c+f)	18.940
5. Capital Mínimo Requerido	
Capital base (CB)	10.800
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	6.070
Capital de risco de subscrição	1.745
Capital de risco de crédito	1.697
Capital de risco operacional	1.306
Capital de risco de mercado	2.954
Correlação entre os riscos	(1.632)
Capital mínimo requerido (h)	10.800
Suficiência de capital (i = g - h)	8.140
Suficiência de capital (i / h)	75,4%
Índice de solvência (j = g / h)	1,75

(*) Inclui os ajustes determinados no parágrafo 13 do artigo 56 da Resolução CNSP 432.

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

5. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico

Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e em valores justos.

Títulos	Hierarquia a valor justo	Vencimento				Ativos				Total			
		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil	Valor de curva	Valor justo	Ajuste ao valor justo	30/06/2022	%	31/12/2021	%
		(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C + D)	(F)	(G)	(G - F)	(E)		(H)	
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		32.653	53.482	-	(9)	86.126	86.058	86.126	68	86.126	46%	85.825	46%
Fundos de investimentos		32.653	53.482	-	(9)	86.126	86.058	86.126	68	86.126	100%	85.825	100%
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	-	53.482	-	-	53.482	53.414	53.482	68	53.482	62%	74.632	87%
Operações compromissadas (*)	2	32.653	-	-	-	32.653	32.653	32.653	-	32.653	38%	11.207	13%
Caixa / contas a pagar/receber	2	-	-	-	(9)	(9)	(9)	(9)	-	(9)	0%	(14)	0%
Ativos financeiros disponíveis para venda		-	97.897	-	-	97.897	105.579	97.897	(7.682)	97.897	52%	97.784	52%
Carteira administrada		-	97.897	-	-	97.897	105.579	97.897	(7.682)	97.897	100%	97.784	100%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	20.652	-	-	20.652	24.745	20.652	(4.093)	20.652	21%	22.114	23%
Letras do tesouro nacional - LTN	1	-	77.245	-	-	77.245	80.834	77.245	(3.589)	77.245	79%	75.670	77%
Ativos mantidos até o vencimento		233	-	3.917	-	4.150	4.150	4.813	663	4.150	2%	4.034	2%
Fundos de investimentos		233	-	3.917	-	4.150	4.150	4.813	663	4.150	100%	4.034	100%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	-	3.917	-	3.917	3.917	4.583	666	3.917	94%	3.796	94%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	233	-	-	-	233	233	230	(3)	233	6%	238	6%
Total		32.886	151.379	3.917	(9)	188.173	195.787	188.836	(6.951)	188.173	100%	187.643	100%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

b) Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Companhia se baseia em dados de mercado, tanto quanto for possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período.

c) Determinação do valor justo

Os valores justos das aplicações em fundos de investimento é obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda de (1) um dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos públicos de renda fixa tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA.

O valor justo dos ativos financeiros mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação.

d) Taxa de juros contratada

	30/06/2022		31/12/2021	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Letras financeiras do tesouro - LFT	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC
Letras do tesouro nacional - LTN	10,07%	10,05%	10,07%	10,05%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	7,50%	7,35%	7,50%	7,35%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	10,60%	7,33%	10,60%	7,33%
Operações compromissadas (*)	13,12%	13,12%	9,11%	9,11%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

e) Movimentação das aplicações

	31/12/2021	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	30/06/2022
Valor justo por meio do resultado	85.825	18.378	(22.914)	-	4.837	86.126
Disponíveis para venda	97.784	-	(1.055)	(3.402)	4.570	97.897
Mantidos até o vencimento	4.034	-	-	-	116	4.150
Total	187.643	18.378	(23.969)	(3.402)	9.523	188.173

	31/12/2020	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	30/06/2021
Valor justo por meio do resultado	90.822	48.204	(40.238)	-	4.382	103.170
Disponíveis para venda	75.393	-	(1.054)	(3.978)	2.907	73.268
Mantidos até o vencimento (*)	6.622	-	-	-	(2.898)	3.724
Total	172.837	48.204	(41.292)	(3.978)	4.391	180.162

(*) Os rendimentos dos ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" apresentam saldo negativo, devido à redução na participação em fundo de investimento, no qual esses ativos estão registrados.

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO

Referem-se a valores a receber da emissão de títulos de capitalização.

<i>Aging</i>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A vencer		
A vencer de 1 a 30 dias	93	176
Vencidos		
Vencidos de 1 a 30 dias	134	211
Total	227	387

7. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores	89	225
Outras obrigações a pagar	397	358
Dividendos a pagar	847	847
Compartilhamento de despesas	214	250
Total	1.547	1.680

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de renda	1.061	1.103
Antecipação de imposto de renda	(873)	(843)
Contribuição social	656	854
Antecipação de contribuição social	(546)	(624)
COFINS	46	70
PIS	7	11
Outros	3	-
Total	354	571

9. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM CAPITALIZAÇÃO

Referem-se a valores de devoluções de títulos de capitalização R\$ 2.169 (R\$ 2.221 em 31 de dezembro de 2021).

10. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
De 1 a 30 dias	51	43
De 31 a 60 dias	420	-
De 61 a 120 dias	8	309
Acima de 365 dias	-	12
Total	479	364

11. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

								<u>30/06/2022</u>
	Provisão matemática para	Provisão para	Provisão para sorteios	Provisão para sorteios	Provisão para distribuição	Provisão complementar	Provisão administrativa-PDA	Total

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

	capitalização - PMC	resgate - PR	a realizar - PSR	a pagar - PSP	de bônus - PDB	de sorteio - PCS		
Saldo inicial	145.024	4.855	489	18.734	69	420	408	169.999
Constituição de provisão	79.260	-	7.952	7.775	154	2.370	-	97.511
Atualização monetária e juros	5.194	32	4	8	-	-	12	5.250
Pagamento de títulos sorteados	-	-	-	(5.518)	-	-	-	(5.518)
Pagamento de resgates	-	(81.524)	-	-	-	-	-	(81.524)
Títulos cancelados	(3.792)	-	-	-	-	-	-	(3.792)
Constituição de despesas administrativas	-	-	-	-	-	-	565	565
Baixa de despesas administrativas	-	-	-	-	-	-	(551)	(551)
Baixa de sorteio decorrido	-	-	(7.924)	-	-	(2.399)	-	(10.323)
Transferência PRA	(23.437)	23.437	-	-	-	-	-	-
Transferência PRV	(57.946)	57.946	-	-	-	-	-	-
Transferência PDB	-	9	-	-	(9)	-	-	-
Decremento Bônus	-	-	-	-	(137)	-	-	(137)
Receitas com penalidades	(1)	-	-	-	-	-	-	(1)
Saldo final	144.302	4.755	521	20.999	77	391	434	171.479

30/06/2021

	Provisão matemática para capitalização - PMC	Provisão para resgate - PR	Provisão para sorteios a realizar - PSR	Provisão para sorteios a pagar - PSP	Provisão para distribuição de bônus - PDB	Provisão complementar de sorteio - PCS	Provisão administrativa - PDA	Total
Saldo inicial	129.861	5.037	212	15.447	62	393	484	151.496
Constituição de provisão	87.070	-	17.046	16.768	159	2.394	-	123.437
Atualização monetária e juros	4.059	-	2	-	1	-	12	4.074
Pagamento de títulos sorteados	-	-	-	(15.229)	-	-	-	(15.229)
Pagamento de resgates	-	(79.026)	-	-	-	-	-	(79.026)
Títulos cancelados	(2.419)	-	-	-	-	-	-	(2.419)
Constituição de despesas administrativas	-	-	-	-	-	-	633	633
Baixa de despesas administrativas	-	-	-	-	-	-	(709)	(709)
Baixa de sorteio decorrido	-	-	(17.052)	-	-	(2.364)	-	(19.416)
Transferência PRA	(28.189)	28.189	-	-	-	-	-	-
Transferência PRV	(49.740)	49.740	-	-	-	-	-	-
Transferência PDB	-	10	-	-	(10)	-	-	-
Decremento Bônus	-	-	-	-	(144)	-	-	(144)
Receitas com penalidades	-	60	-	-	-	-	-	60
Outras provisões	-	(78)	-	-	-	-	-	(78)
Saldo final	140.642	3.932	208	16.986	68	423	420	162.679

12. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	30/06/2022	31/12/2021
Provisões técnicas	171.479	169.999
Total a ser coberto	171.479	169.999
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	86.126	85.825
Ativos financeiros disponíveis para venda	97.897	97.784
Ativos mantidos até o vencimento	4.813	4.991
Total de aplicações (*)	188.836	188.600
Ativos livres	17.357	18.601

(*) Conforme Circular SUSEP nº 648/2021, art. 84 § 2º para efeito de cobertura de provisões técnicas, os ativos financeiros serão considerados pelo seu valor justo.

13. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição

Natureza	Provisões judiciais	
	30/06/2022	31/12/2021
Cíveis	396	396
Total	396	396

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

b) Composição das ações judiciais de natureza fiscais e cíveis por probabilidade de perda

	30/06/2022			31/12/2021		
	Quantidade	Valor do risco	Valor da provisão	Quantidade	Valor do risco	Valor da provisão
Fiscais	2	2.371	-	2	2.534	-
Provável	1	1.604	-	1	1.548	-
Possível	1	767	-	1	986	-
Cíveis	24	658	396	28	802	396
Provável	10	396	396	9	396	396
Possível	14	262	-	19	406	-
Total	26	3.029	396	30	3.336	396

Cíveis - valores em risco decorrentes de processos judiciais excluídos os que não estejam relacionados às condições gerais dos produtos comercializados, incluindo danos morais (quando não relacionados a operação de capitalização).

Fiscais - a Companhia discute na esfera judicial tais contingências, amparada por seus assessores jurídicos e classifica a probabilidade de perda destas ações em “provável”, “possível” e “remota”, para fins de provisionamento contábil. Os valores em risco são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC, e para a data base de 30 de junho de 2022, a Companhia não possuía registro contábil de contingência vez que não houve avaliação de “provável” para as suas ações judiciais.

CSLL - A Companhia discute judicialmente a majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20%, nos termos da Lei nº 13.169/2015, de 6 de outubro de 2015, aplicável ao período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, período no qual manteve o recolhimento nos termos da legislação vigente. Com julgamento desfavorável, aguarda julgamento de Agravo de Despachos Denegatórios de Recursos Especial e Extraordinário. Probabilidade de perda classificada como provável, a partir de 2021 em razão do julgamento do STF na ADI 5485. Valor em discussão estimado em R\$ 1.604 (R\$ 1.548 em 31 de dezembro de 2021). Não há risco ou valor a ser provisionado, pois recolheu a CSLL sob alíquota de 20%.

PIS/COFINS - com a revogação do parágrafo 1º, do art. 3º da Lei nº 9.718/1998, de 27 de novembro de 1998, por meio da Lei 11.941/2009, de 27 de maio de 2009, a companhia passou a considerar para a apuração destes tributos apenas as receitas de quota de carregamento de título de capitalização. Com a edição da Lei 12.973/2014, de 13 de maio de 2014, entende que não se alterou a base de cálculo aplicável, o que, no entanto, discute judicialmente, para que se mantenha restrita a incidência apenas sobre quotas de carregamento. Aguarda julgamento de Recursos Especial e Extraordinário. A probabilidade de perda classificada como possível, no montante de R\$ 767 (R\$ 986 em 31 de dezembro de 2021).

c) Movimentação

	Cíveis	
	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	396	187
Constituições/Reversões	(13)	326
Pagamentos	(28)	(143)
Atualização monetária	41	26
Saldo final	396	396

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

a) Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 12.000 (R\$ 12.000 em 31 de dezembro de 2021), e está representada por 12.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal (12.000.000 ações em 31 de dezembro de 2021).

b) Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

c) Reserva de investimentos

Conforme previsto no Estatuto Social, a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal, e a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio serão transferidas à conta de reserva de investimentos.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda.

15. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
a) Arrecadação com títulos de capitalização	92.047	110.520
Incentivo	28.279	52.391
Tradicional	68.115	60.721
Cancelamentos de títulos de capitalização	(4.347)	(2.592)
b) Variação das provisões para resgate	(75.468)	(84.651)
Constituição de provisão matemática	(79.260)	(87.070)
Cancelamentos de provisão matemática	3.792	2.419
c) Variação das provisões técnicas	(2)	109
Provisão administrativa	(14)	76
Provisão para distribuição de bônus	(17)	(15)
Provisão complementar de sorteios	29	(30)
Outras provisões	-	78
d) Resultado com sorteio	(7.803)	(16.762)
Variação da provisão de sorteios a realizar	(28)	6
Variação da provisão de sorteios a pagar	(7.775)	(16.768)
e) Custos de aquisição	(2.474)	(2.784)
Comissões	(2.384)	(2.176)
Outros custos	(90)	(608)
f) Outras receitas e despesas operacionais	41	1.772
Outras receitas operacionais (*)	41	1.793
Outras despesas operacionais	-	(21)
(*) Saneamento de base de dados.		
g) Despesas administrativas	(5.670)	(4.965)
Pessoal próprio	(3.083)	(2.234)
Serviços de terceiros	(1.193)	(1.415)
Localização e funcionamento	(16)	(131)

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

Depreciações e amortizações	(124)	(78)
Despesas com publicidade e publicações	(104)	(1)
Despesas administrativas diversas	(1.150)	(1.106)
h) Despesas com tributos	(602)	(676)
COFINS	(353)	(440)
PIS	(57)	(71)
Taxa de fiscalização	(167)	(140)
Outros	(25)	(25)
i) Resultado financeiro	4.227	263
Receitas financeiras	9.568	4.394
Juros sobre os ativos financeiros destinados a valor justo por meio do resultado	4.837	4.382
Juros sobre os ativos financeiros disponíveis para venda	4.570	2.907
Juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento	116	(2.898)
Outras receitas financeiras eventuais	45	3
Despesas financeiras	(5.341)	(4.131)
Despesas financeiras com provisões técnicas	(5.250)	(4.074)
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(41)	(13)
Outras despesas financeiras	(50)	(44)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Despesas de imposto de renda e contribuição social**

	30/06/2022		30/06/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos e após participações	4.439	4.439	2.647	2.647
Imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes	(1.098)	(666)	(650)	(397)
Diferenças temporárias	36	21	65	40
Diferenças permanentes	(19)	(11)	(10)	(6)
Deduções incentivadas	20	-	11	-
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	182	109
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.061)	(656)	(402)	(254)
Constituição/reversão créditos tributários	(37)	(21)	(248)	(149)
Ajustes relativos ao exercício corrente	2	-	-	-
Crédito (Despesa) de imposto de renda e contribuição social	(1.096)	(677)	(650)	(403)
Alíquota efetiva (%)	25%	15%	25%	15%

b) Imposto de renda e contribuição social diferido e tributos a recuperar

Ativo	31/12/2021	Constituições	Reversões	30/06/2022
Tributos a compensar	1.499	194	(181)	1.512
Tributos retidos na fonte	2.197	8	-	2.205
Total ativo circulante	3.696	202	(181)	3.717
Ativo e passivo				
Diferenças temporárias:				
Contingências cíveis	158	26	(26)	158
Provisão para participação nos lucros	58	358	(416)	-
Ajustes de títulos a valor justo TVM	1.712	1.361	-	3.073
Total ativo e passivo não circulante	1.928	1.745	(442)	3.231
Ativo	31/12/2020	Constituições	Reversões	30/06/2021
Tributos a compensar	1.447	2	-	1.449
Tributos retidos na fonte	2.063	4	(24)	2.043
Total ativo circulante	3.510	6	(24)	3.492
Ativo e passivo				

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

Diferenças temporárias:				
Contingências cíveis	75	29	(67)	37
Provisão para participação nos lucros	115	71	(139)	47
Prejuízo fiscal e base negativa	594	-	(291)	303
Ajustes de títulos a valor justo TVM	(1.123)	1.592	-	469
Total ativo e passivo não circulante	(339)	1.692	(497)	856

17. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia proporciona diretamente aos seus colaboradores um plano de previdência complementar, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas no período totalizaram R\$ 14 (R\$ 17 em 30 de junho de 2021).

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Companhia, empresas que compõem o GRUPO MAPFRE, o Conglomerado Banco do Brasil S.A., seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados.

Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

		30/06/2022				31/12/2021		30/06/2021	
		Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
MAC Investimentos S.A. (1)	Empresa ligada	-	-	-	-	-	-	35	-
MAPFRE Assistência Ltda. (1)	Empresa ligada	-	2	32	(15)	1	17	-	-
MAPFRE Brasil Participações S.A. (1)	Acionista indireta	-	25	25	(133)	85	-	-	(118)
MAPFRE Investimentos Ltda. (1)	Empresa ligada	-	1	-	(5)	-	2	-	-
MAPFRE Participações S.A.(3)	Acionista direta	-	847	-	-	-	847	-	-
MAPFRE Previdência S.A. (1)	Empresa ligada	-	8	-	(648)	-	-	2	-
MAPFRE Saúde Ltda. (1)	Empresa ligada	-	-	1	-	-	-	-	(33)
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (1)/(2)	Empresa ligada	96	13.707	19.599	(12.916)	127	13.369	17.472	(11.344)
MAPFRE Tech (4)	Empresa ligada	-	-	-	(6)	-	-	-	(44)
MAPFRE Vida S.A. (1)/(2)	Empresa ligada	134	703	3.130	(1.907)	195	614	3.098	(1.963)
PROTENSEG Corretora de Seguros Ltda. (1)	Empresa ligada	-	-	-	-	-	-	-	(43)
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. (1)	Empresa ligada	-	16	-	(44)	-	6	-	(1)
Total		230	15.309	22.787	(15.674)	408	14.855	20.607	(13.546)

1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Empresa, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da MAPFRE Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO MAPFRE.

2) Refere-se a venda de títulos de capitalização que são oferecidos em incentivo na venda de seguros.

3) Refere-se à distribuição de dividendos que serão pagos em 2022.

4) Empresa de sistemas de tecnologia da Espanha.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia não possui administradores registrados e, portanto, não paga remuneração a este tipo de colaborador, bem como não tem como política pagar remuneração baseada em ações a empregados.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

MAPFRE Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria está instituído na empresa MAPFRE Participações S.A., nos termos da Resolução nº 432/2021 de 12 de novembro de 2021, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, tendo alcance sobre a Companhia.

* * *

Diretoria

Felipe Costa da Silveira Nascimento - Presidente

Denia de Moura

Francisco Engênio Labourt

Orlando Eliecer Ibarra Campo

Roberto Junior de Antoni

Raphael Bauer de Lima

Simone Pereira Negrão

Contadora

Tálita de Fiume

CRC 1SP 333939/O-0

Atuária

Vera Lucia Fernandes Lopes

MIBA 817

MAPFRE Participações S.A.

CNPJ/MF 12.264.857/0001-06

Livro de Registro de Relatórios do Comitê de Auditoria

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Participações S.A. é um órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto de documentos que compõem as demonstrações financeiras e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias externa e interna.

É constituído por quatro membros efetivos independentes e está instituído na empresa líder MAPFRE Participações S.A., em conformidade com a Resolução nº 432, de 12 de novembro de 2021, do Conselho Nacional de Seguros Privados. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos.

O universo de atuação do Comitê compreende a instituição líder e tem alcance sobre as seguintes empresas: MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A.

Os administradores da empresa líder e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, a efetividade das ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras das subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avaliam, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e a adequação do sistema de controles internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares.

Principais Atividades

O Comitê reuniu-se mensalmente e fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e de controles internos e auditorias interna e externa. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Colegiado e estão adiante sintetizadas.

Nas reuniões de trabalho com administradores, executivos e técnicos das diversas áreas da Organização, o Comitê abordou, em especial, assuntos relacionados à preparação das demonstrações financeiras, o sistema de controles internos, processos contábeis, critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e riscos, processo de gestão de riscos e relativos a transações com partes relacionadas. Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e externa, oportunidades em que verificou

MAPFRE Participações S.A.

CNPJ/MF 12.264.857/0001-06

Livro de Registro de Relatórios do Comitê de Auditoria

e debateu seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

Considerando as informações recebidas das áreas responsáveis, os trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das empresas abrangidas.

Revisou as demonstrações financeiras, notas explicativas e o relatório da administração da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. e discutiu com os auditores independentes seus relatórios e apontamentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

- a) A Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;
- b) A Auditoria Externa é efetiva e as informações por ela fornecidas constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer a independência dos seus trabalhos;
- c) As demonstrações financeiras da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das empresas em 30 de junho de 2022 e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a legislação societária brasileira, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

São Paulo (SP), 29 de agosto de 2022.

Ana Carolina Iervolino Pereira

Mello

Membro titular

Edgar Jabbour

Membro Titular

Francisco Petros Oliveira Lima Papaathanasiadis

Membro Titular

Luiz Cláudio Ligabue

Coordenador e Membro Titular